

6 — Método de selecção — nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

Os critérios de aplicação e ponderação a utilizar na selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam da 1.ª acta de reuniões do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos nos termos legais.

7 — Classificação final — será adoptada a escala de 0 a 20 valores.

8 — Formalização das candidaturas:

8.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas em requerimento dirigido ao director do Gabinete de Relações Internacionais podendo ser entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, para a Rua do Século, 51, 4.º, 1200-433 Lisboa.

8.2 — Dos requerimentos deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação: nome, estado civil, residência, código postal e telefone;

b) Categoria, vínculo e serviço a que pertence;

c) Indicação do concurso a que se candidata, mediante referência ao presente aviso de abertura;

d) Declaração, sob compromisso de honra, de que possui os requisitos gerais de provimento em funções públicas, como determina o n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

8.3 — Os requerimentos deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

a) Currículo profissional detalhado, actualizado, datado e assinado;

b) Documentos comprovativos das habilitações literárias e profissionais do candidato;

c) Declaração do serviço comprovando a categoria e a natureza do vínculo do candidato a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, as classificações de serviço, na sua expressão quantitativa, obtidas nos últimos três anos;

d) Declaração do serviço com descrição detalhada das funções e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho ocupado pelo funcionário;

e) Quaisquer outros elementos que o candidato considere relevantes para a apreciação do seu mérito, que só serão tidos em consideração pelo júri se devidamente comprovados.

9 — Publicitação das listas — a relação de candidatos e a lista de classificação final serão publicitadas nos termos e nos prazos previstos nos artigos 33.º, 34.º, e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

10 — Constituição do júri:

Presidente — licenciada Ana Maria Pereira Carvalho Veríssimo, directora de serviços Administrativos e Financeiros da Inspecção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território.

Vogais efectivos:

1.º licenciada Maria do Carmo Gonçalves Crespo Viana Correia da Cunha, assessora principal do Instituto do Ambiente do MAOTDR.

2.º licenciada Maria Celeste Ferreira Costa Pina Simões Machado, assessora principal do Gabinete de Relações Internacionais.

Vogais suplentes:

1.º licenciada Isabel Maria Montes Mertens, assessora principal do Gabinete de Relações Internacionais.

2.º licenciado Vítor Manuel dos Santos Matos, assessor da SG-MAOTDR.

A presidente do júri será substituída, nas suas ausências e impedimentos, pelo 1.º vogal efectivo.

Nos termos do disposto no despacho conjunto n.º 373/2000 (2.º série), de 1 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2000, faz-se constar a seguinte menção: «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

2 de Agosto de 2006. — O Director, *Nuno Lacasta*.

Instituto dos Resíduos

Despacho (extracto) n.º 17 175/2006

Por despacho de 24 Julho de 2006 do presidente do Instituto dos Resíduos, foi a engenheira Maria Madalena Ferreira Gonçalves, assessora principal do quadro do Instituto de Resíduos, nomeada, em comissão de serviço, precedendo concurso, chefe de divisão de Projectos,

Obras e Fiscalização do Instituto dos Resíduos, com efeitos a 11 de Janeiro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Julho de 2006. — O Presidente, *A. Ascenso Pires*.

Nota biográfica

1 — Elementos de identificação:

Nome — Maria Madalena Ferreira Gonçalves;

Data de nascimento — 12 de Maio de 1946;

Local de nascimento — Lisboa.

2 — Habilitações académicas:

Licenciada em Engenharia Química Industrial, pelo Instituto Superior Técnico (1976);

Pós-graduação em Engenharia Sanitária, pela Universidade Nova de Lisboa (1977).

3 — Síntese do percurso profissional:

Assistente do Departamento de Ciências do Ambiente da UNL, entre 1978 e 1983;

Técnica superior da Direcção-Geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos (Direcção dos Serviços de Controle de Poluição), entre 1979 e 1986;

Técnica superior da Direcção-Geral da Qualidade do Ambiente (Direcção de Serviços de Poluição Industrial), entre 1986 e 1990;

Técnica superior da Direcção-Geral dos Recursos Naturais (Direcção de Serviços de Utilizações do Domínio Hídrico), entre 1990 e 1999;

Técnica superior do Instituto da Água (assessora do Gabinete da Presidência), entre 1999 e 2001;

Nomeada, em regime de substituição, por urgente conveniência de serviço, chefe de divisão de Projectos, Obras e Fiscalização do Departamento de Obras e Exploração do Instituto dos Resíduos, desde 1 de Dezembro de 2001.

4 — Categoria na carreira de técnico superior — assessor principal.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P.

Despacho n.º 17 176/2006

Em cumprimento do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Janeiro, foi aberto procedimento concursal e procedeu-se à publicitação do processo de selecção de titular de cargo de direcção intermédia do 2.º grau para o Gabinete de Sistemas Informáticos, de acordo com a directiva n.º 1/2005, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 248, de 28 de Dezembro de 2005, que procedeu a um ajustamento da estrutura orgânica do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P. (INPI).

Decorreram as operações de selecção a cargo do júri, de acordo com os métodos de selecção publicitados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 115, na bolsa de emprego público, e no jornal *Público*, de 16 de Junho de 2006.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluídos os trabalhos de selecção, o júri elaborou a proposta de nomeação do Dr. Rui Pedro Martins Lourenço por ser o candidato que corresponde ao perfil pretendido para o desempenho do cargo a concurso.

Assim, nos termos dos n.ºs 3, 4 e 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Janeiro, nomeio para o cargo de chefe do Gabinete de Sistemas Informáticos do INPI o Dr. Rui Pedro Martins Lourenço, em comissão de serviços e pelo período de três anos, cuja nota curricular se publica em anexo.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Agosto de 2006.

(Isento de fiscalização porévvia do Tribunal de Contas.)

1 de Agosto de 2006. — Pelo Conselho de Administração, a Vogal, *Maria Leonor Trindade*.

Síntese curricular

Dados pessoais:

Nome: Rui Pedro Martins Lourenço;

Data de nascimento: 23 de Julho de 1974;

Estado civil: solteiro;